

Foto: Jefferson Coppola/Folha Imagem



“O governo de Lula podia ter efetivamente tomado a dianteira e liderado um processo de resgate do poder político da América Latina”

Leda Paulani, professora da USP

Foto: Antoninho Penn



“A reação brasileira à globalização resume-se, em poucas palavras, a aceitar, passivamente, ser puxado pelos humores da economia mundial”

Pedro Paulo Bastos, professor da Unicamp

‘Essa pirotecnia gera o desprezo dos países mais fracos e a gargalhada dos ricos’

Continuação da página 5

JU – Estão cada vez mais evidentes os impasses político e econômico com a Argentina no que diz respeito ao Mercosul. Os argentinos exigem uma política industrial comum, não querem ser tratados como “mercado desprezível” e dizem que o bloco, do jeito que está, “não é viável”. Como o senhor analisa a política do governo Lula para seus parceiros da América do Sul?

Leda Maria Paulani – Política externa é sempre levantada como contra-argumento quando se critica o caráter não-progressista do governo Lula. Todos concordam que a política econômica é pra lá de conservadora, mais realista que o rei, que a política social está muitíssimo aquém do que se esperaria de um governo do PT, que a reforma agrária, que se esperava finalmente ver concretizada, patina há dois anos e meio, que o fisiologismo e a corrupção não deixam nada a dever à história pregressa da política no Brasil, e por aí vai.

Mas a política externa, não! Não se pode criticá-la. Ela é a salvação da lavoura de uma esquerda ainda iludida com as possibilidades do governo do PT. O suposto enfrentamento dos interesses dos EUA, a criação do G22, a realização da cúpula América do Sul-Países Árabes são sempre apontados como indicações seguras das intenções verdadeiramente confrontadoras do governo de Lula frente aos países hegemônicos. Contudo, há uma enorme inversão nessa percepção: com o cacife político angariado pelo PT, com sua dura história de lutas construída ainda nos anos da ditadura, com o papel naturalmente central ocupado pelo Brasil em todos os assuntos que dizem respeito ao continente, o governo de Lula podia ter efetivamente tomado a dianteira e liderado um processo de resgate do poder político da América Latina, tão avariado depois de pelo menos uma década de governos submissos.

Mas para isso seria preciso ter outro governo também internamente. Com uma política interna tão conservadora e tão partidária dos interesses financeiros, uma política tão privatista e tão amiga dos grandes capitais não é de espantar que o governo Lula, ao invés de tentar recuperar o Mercosul, o que seria um bom começo para o desempenho da tarefa aqui sugerida, tenha tratado de, ao contrário, por

meio de suas burocracias técnicas, jogar areia no processo de renegociação da dívida argentina.

Pedro Paulo Bastos – A América Latina é encarada pelos Estados Unidos da América, há mais de um século, como uma região econômica estratégica, destinada a garantir insumos baratos e mercados livres para exportações e investimentos. É encarada, em poucas palavras, como uma zona do dólar, e tanto mais depois da difusão do Consenso de Washington e da proposta da Alca na década passada. A política externa do governo Lula resiste à subordinação completa ao projeto estadunidense, mas não parece apresentar uma alternativa viável de integração aos vizinhos latinos que, em bloco, resista à ofensiva do Norte.

Pelo contrário, muitos de nossos vizinhos concorrem entre si para fechar acordos bilaterais em que cedem às exigências iniques em troca de ganhos marginais de exportação para os EUA. Como a política macroeconômica conservadora brasileira disputa dólares com nossos parceiros regionais e não permite que o país ofereça um mercado dinâmico para eles, ou os apóie contra exigências dos credores externos (quer queira o Itamaraty ou não), a política de Celso Amorim para a América Latina é prejudicada pelo núcleo duro da área econômica. Sem uma reversão mais coerente e integral do Consenso de Washington, é pouco provável que os esforços de integração avancem muito além de acordos de liberalização comercial, que são sempre sujeitos a pressões dos grupos prejudicados que desgastam a cooperação regional, dada a ausência de um projeto estratégico comum.

Reinaldo Gonçalves – É uma verdadeira trapalhada. O máximo que o Brasil conseguiu até agora foi o “privilegio” de oferecer asilo ao ex-presidente do Equador, que foi deposto. Além disso, o presidente Lula não tratou adequadamente as relações com um país importante como a Argentina. O Brasil não apoiou a Argentina na sua briga com o sistema financeiro internacional e agora faz essa pirotecnia toda. O governo brasileiro tem de abandonar a política da pirotecnia e adotar uma postura mais compatível com a realidade brasileira. O Brasil tem um déficit de poder muito grande e também uma grande escassez de recursos diplomáticos. O governo deveria focar os recursos bilaterais. O país não ganha nada com a pirotecnia. O que isso tem gerado é o desprezo dos países ma-

is fracos e a gargalhada dos países ricos.

Wilson Cano – O lado bom da política econômica é justamente, até o momento, o externo, que está tentando alargar a presença e o comércio brasileiro para outros espaços até então pouco explorados, como a América do Sul – se excluirmos o Mercosul. A Argentina não é mercado desprezível, pois representou em 2004, 7,7% de nossas exportações e 8,9% das importações (o Mercosul, respectivamente, 9,2% e 10,2%).

O que não é viável é a forma de Mercado Comum que se pretendeu dar, dadas as inúmeras (e algumas muito grandes) diferenças estruturais entre os quatro países. A despeito que o mercado intra-bloco para os países subdesenvolvidos é restrito (varia de 5% a 15% das exportações totais dos blocos), há muito a explorar, principalmente na área de produtos industrializados. Mas a política com a América do Sul não se limita ao comércio, e pretende se estender à infra-estrutura, investimentos produtivos etc. A questão difícil, aí, é saber quem vai bancar o financiamento disso tudo, pois não temos recursos nem para resolver nossos próprios problemas.

JU – A globalização econômica impõe desafios comuns ao conjunto dos países emergentes. No entanto, as respostas a estes desafios são muito variadas. O governo brasileiro, por exemplo, gosta de citar números internos para justificar os rumos de sua política econômica, mas quando se compara o Brasil com outros blocos emergentes percebe-se que o país avançou pouco. Em 2004, enquanto a economia brasileira crescia 5,2%, o conjunto dos países emergentes crescia 6,5%. Ao mesmo tempo, enquanto a taxa interna real de juros chegou a 12% ao ano, a média de outros mercados emergentes ficou em 2%. Como o senhor avalia a resposta do Brasil frente à globalização econômica?

Leda Maria Paulani – Ninguém de Fernando Henrique, particularmente em sua primeira gestão, a tese corrente sobre essa questão era a de que o Brasil precisava sofrer um “choque de competitividade”, que só seria obtido por meio de uma abertura radical da economia. Somente assim, dizia-se, o Brasil teria condições de pegar o bonde da história e enfrentar os desafios da globalização. Como se sabe, nos primeiros quatro anos de FHC combinou-se a essa abertura radical uma valorização sem pre-

cedentes da moeda nacional, ao mesmo tempo em que se vendia a ilusão de que uma moeda forte era indicador inequívoco da solidez da economia em questão. A radicalização da abertura foi assim mais do que potenciada pela política cambial fundamentalista de Gustavo Franco.

O vendaval de crises financeiras que assolou o mundo nos últimos anos do milênio, promovido justamente pelos ataques especulativos às supostas moedas fortes dos países “emergentes” demonstrou, a um custo muito elevado para o país (foram US\$ 44 bilhões de reservas que evaporaram entre setembro de 1998 e janeiro de 1999) que a proposição estava invertida: não é uma moeda forte que faz uma economia forte; ao contrário, é uma economia forte que torna forte sua moeda. Passados já alguns anos desde a primeira crise cambial da era do Real, estamos vendo novamente o mesmo filme: moeda nacional indevidamente valorizada, política monetária amarrada aos humores do mercado internacional de capitais, superávits primários asfixiantes etc. É por isso que se diz que o Brasil cresceu em 2004 não por causa da política econômica, como afirma o governo, mas a despeito dela.

Pedro Paulo Bastos – A postura brasileira perante a globalização é prejudicada pela insistência na livre mobilidade de capitais e no incentivo imprudente ao endividamento externo de curto prazo. Isto torna o Estado brasileiro refém do “mercado”, dos juros elevados e da ameaça permanente de apreciação cambial (com prejuízos comerciais) ou depreciação abrupta (com danos inflacionários e financeiros). Outros países controlam fluxos de capitais a curto prazo, orientam investimentos externos e o sistema de crédito, a baixas taxas de juros, para investimentos produtivos (e não em papéis rentáveis), além de preservarem maior grau de liberdade para gastos públicos em finalidades sociais e infra-estruturais. A reação brasileira à globalização resume-se, em poucas palavras, a aceitar, passivamente, ser puxado pelos humores da economia mundial, seja na oferta de recursos financeiros, seja na demanda de bens, pagando o preço exigido para manter uma credibilidade ilusória e volátil perante o “mercado”.

Reinaldo Gonçalves – A política do governo Lula tem aumentado a vulnerabilidade externa da economia brasileira, tanto na área comercial como na monetária, financeira e tecnológica. Há evidências conclusivas nesse sentido. Na área comercial, o que tem havido é

um aumento da reprimarização da pauta de exportações. O Brasil está cada vez mais dependente da exportação de produtos primários. A melhora conjuntural das contas externas do Brasil deve-se à interação de um conjunto de fatores: fraco desempenho da economia doméstica (absorção interna); extraordinário crescimento do comércio internacional; elevação dos preços das commodities; e, condições relativamente estáveis de liquidez internacional. A ausência da pressão de demanda interna leva as empresas a orientar a produção para o mercado externo.

Para ilustrar, a relação entre a exportação de bens serviços e o PIB aumentou continuamente de 10% em 1999 para 18% em 2004. O comércio internacional teve um crescimento extraordinário em 2003-04. Segundo os dados das Nações Unidas, o crescimento do valor das exportações mundiais foi de 16,3% em 2003 e 18,5% em 2004. No entanto, as previsões para 2005 indicam uma desaceleração do comércio internacional. A estimativa das Nações Unidas é um crescimento do valor das exportações mundiais de 10,3% em 2005. As exportações brasileiras cresceram 21,1% em 2003 e 32,0% em 2004.

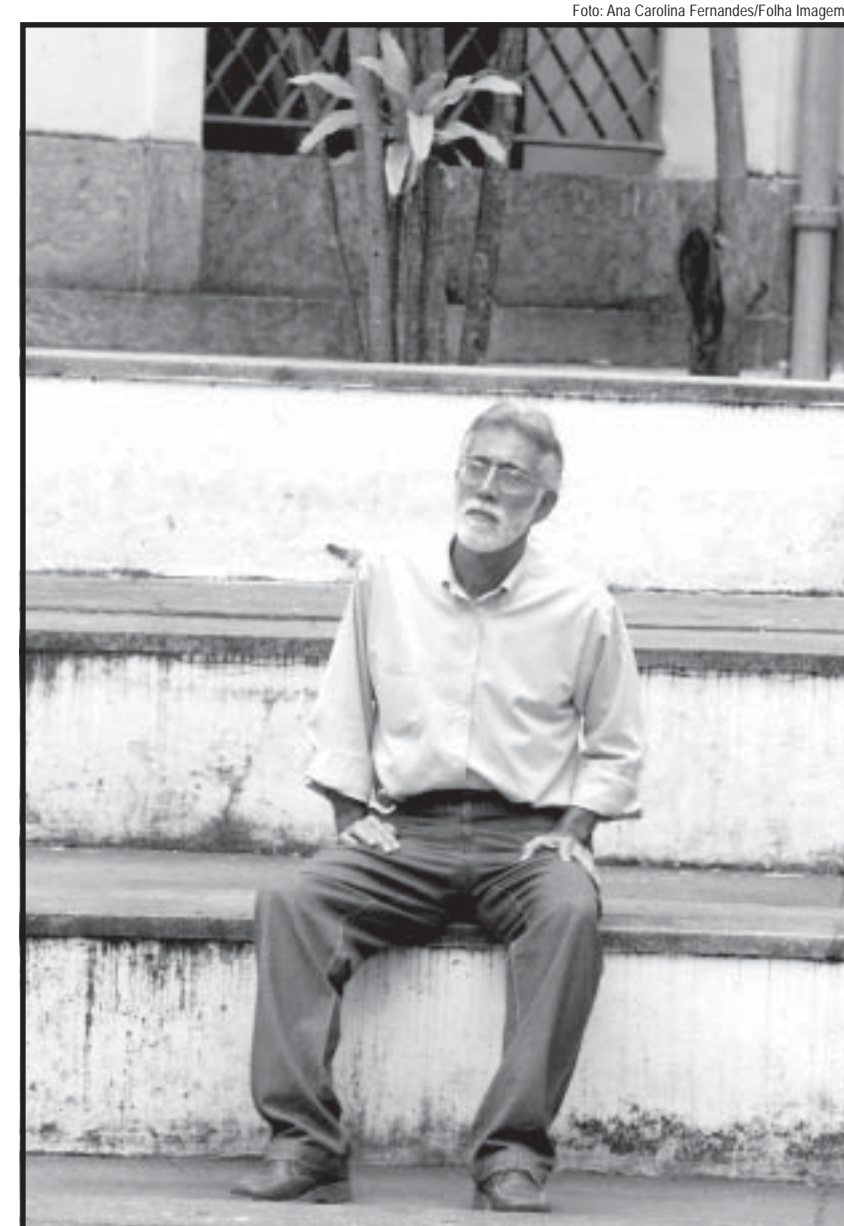
Esses números mostram que o Brasil aumentou sua competitividade internacional, mas o que se verifica é que esse aumento de competitividade ocorreu, em grande medida, em setores de reduzido crescimento no comércio mundial e de baixo conteúdo tecnológico. A reprimarização das exportações brasileiras também se acentuou no governo Lula. Em 2003, o valor das exportações totais cresceu 21,1%, enquanto o das exportações de produtos básicos cresceu 24,9%. As taxas correspondentes para 2004 foram 32,0% e 34,7%, respectivamente. Essa reprimarização aumenta a vulnerabilidade externa da economia brasileira na esfera comercial, conforme os ensinamentos da Cepal desde o final dos anos 40. O aumento dos preços das commodities agrícolas foi determinante importante do crescimento das exportações brasileiras.

Entretanto, as previsões a respeito dos preços das commodities no mercado mundial não são favoráveis para o futuro próximo. As Nações Unidas, por exemplo, projetam uma queda no preço médio das commodities (exceto petróleo) de 3,9% em 2005. As condições de liquidez internacional se mantiveram estáveis nos últimos dois anos. O ingresso líquido de capitais privados nos países em desenvolvimento aumentou de US\$ 61 bilhões

em 2002 para US\$ 120 bilhões em 2004. Como resultado desse aumento de liquidez internacional, houve uma redução generalizada dos prêmios de risco dos mercados emergentes. O crescimento extraordinário do comércio internacional e as condições favoráveis de liquidez internacional permitiram, então, que os países em desenvolvimento experimentassem uma significativa elevação do nível de reservas internacionais. Para ilustrar, no período 1996-2002 o aumento médio anual das reservas internacionais dos países em desenvolvimento foi da ordem de US\$ 110 bilhões. Em 2003, esse aumento foi de US\$ 367 bilhões. Esse número é, provavelmente, um recorde histórico. Em 2004 já houve uma redução do ingresso líquido de capitais privados nos países em desenvolvimento para US\$ 82 bilhões.

As estimativas do FMI para 2005 mostram também uma queda (ingresso estimado de US\$ 48 bilhões). Essas observações indicam, então, que a conjuntura internacional foi extraordinariamente favorável em 2003-04. No entanto, as previsões disponíveis apontam, tanto no sistema mundial de comércio como no sistema financeiro internacional, uma tendência de desaceleração. Ou seja, o Brasil deverá enfrentar maiores obstáculos na sua inserção econômica internacional.

Wilson Cano – A taxa de 5,2% foi excepcional, mas muito pequena diante da recessão de 2001-2003, e, assim mesmo, graças a um internacional “céu de brigadeiro”. Ainda assim, dificilmente se repetirá tão cedo, pois afinal de contas, nossas exportações não podem continuar a apresentar taxas maiores de crescimento, mas as importações já começam a ameaçar crescer acima daquelas. Por outro lado, o que faz uma economia crescer a longo prazo é o investimento, mas este continua deprimido pela própria política econômica do governo. Assim, é pouco provável termos sucesso em formular políticas externas se, internamente, “perdemos a vontade de investir e de crescer”. É verdade que deixamos de financiar (com recursos públicos) privatizações, shoppings e semelhantes, mas passamos a financiar a criação de empregos e de produção no exterior.



“Com a tendência de desaceleração, o Brasil deverá enfrentar maiores obstáculos na sua inserção econômica internacional”

Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ

Foto: Antoninho Penn



“Deixamos de financiar (com recursos públicos) privatizações e semelhantes, mas passamos a financiar a criação de empregos e de produção no exterior”

Wilson Cano, professor da Unicamp